



Pelo presente instrumento, **ZEMA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A**, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.351.887/0001-86, com sede na Avenida José Ananias de Aguiar nº 5.005, Sala F, cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais, doravante designado como **CREDOR**; e de outro lado, o **Cliente aderente**, pessoa natural devidamente qualificada(o) na **Cédula de Crédito Bancário ("CCB")**, doravante designado como **EMITENTE**, pactuam a seguir as cláusulas e condições gerais que regem a emissão de CCB pelo **EMITENTE** em benefício do **CREDOR**, como título representativo de Operações de Crédito na modalidade de Crédito Consignado entre eles contratadas.

Cláusula 1ª- Após análise e aprovação de crédito o **CREDOR** concederá mútuo em dinheiro ao **EMITENTE**, mediante a emissão por este de CCB representativa da operação de crédito consignado, podendo o **CREDOR**, a seu exclusivo critério, exigir a prestação de garantias pelo **EMITENTE**, inclusive o comparecimento de **TERCEIRO GARANTIDOR** à CCB, se assim entender necessário.

Cláusula 2ª- O Valor do empréstimo consignado deverá ser pago pelo **EMITENTE**, ao **CREDOR**, na forma estabelecida nos Quadros 3 e 8 da CCB emitida, sendo que no valor de cada parcela estão acrescidos dos encargos ajustados na CCB e/ou na Proposta de Crédito.

Cláusula 3ª - O principal mutuado descrito no Quadro 3.1 da CCB deverá ser pago pelo **EMITENTE**, ao **CREDOR**, na forma estabelecida no quadro 3, acrescido do valor do IOF e da Tarifa de Cadastro e demais encargos expressamente previstos na CCB, caso estipulados, com a incidência, sobre as parcelas em questão, da taxa de juros capitalizada prevista no Quadro 3.9, calculada no período compreendido entre a data de emissão da CCB até o vencimento da mesma. Caso seja convencionado o pagamento do principal e dos encargos em parcelas, os juros incidirão sobre o valor do saldo devedor, em aberto, desde a data da emissão da CCB até a data do vencimento de cada prestação. Caso seja pactuada a cobrança de juros capitalizados, estes serão calculados ao fim de cada período estipulado para a capitalização e serão incorporados ao montante mutuado para fins de nova incidência de juros no período seguinte, conforme permitido por lei. A tarifa de cadastro (TC) constante no campo 3.13 será cobrada, se aplicável, em decorrência da realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente de abertura de conta de depósitos à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil. Em se tratando a operação representada pela CCB de empréstimo CONSIGNADO PÚBLICO, CONSIGNADO AUXÍLIO BRASIL ou OUTROS CONSIGNADOS, e havendo a contratação de seguro prestamista, o valor do prêmio (3.17) será pago à vista pelo **EMITENTE** à Cia Seguradora no momento da liberação do crédito, ficando o **CREDOR** desde já autorizado a deduzir do valor líquido do crédito (3.3) o valor do prêmio e creditá-lo à Cia Seguradora, o qual constitui despesa vinculada à operação e compõe o cálculo do custo efetivo total (CET) do empréstimo consignado nos termos da regulamentação em vigor. Por outro lado, em se tratando a operação representada pela CCB de empréstimo CONSIGNADO INSS e havendo a contratação de seguro prestamista, o valor do prêmio (3.17) será cobrado diretamente do **EMITENTE** pela Cia Seguradora de acordo com a forma e condições de pagamento com ela acordadas, as quais poderão ser diferentes das estabelecidas na CCB. Neste caso, o valor a ser pago pelo **EMITENTE** à título do seguro não interferirá na sua margem consignável e não compõe o cálculo no custo efetivo total (CET) do empréstimo CONSIGNADO INSS. As condições contratuais do seguro prestamista, se contratado pelo **EMITENTE** em quaisquer das situações retro mencionadas, serão disponibilizados diretamente pela Cia Seguradora ao **EMITENTE**.

Cláusula 4ª - O valor líquido do crédito será disponibilizado diretamente pelo **CREDOR** ou por intermédio de seu correspondente autorizado: a) em conta corrente bancária de titularidade do **EMITENTE** destacado no preâmbulo; ou, b) mediante ordem de pagamento colocada à sua disposição para retirada em determinada instituição financeira; ou c) de outra forma, conforme vier a ser ajustado entre **CREDOR** e **EMITENTE**.

Cláusula 5ª - O atraso no pagamento do valor integral de quaisquer das parcelas convencionadas para quitação do mútuo ou a não efetivação de qualquer amortização do saldo devedor prevista, importará no **vencimento antecipado** das obrigações da CCB de pleno direito, tornando-se imediatamente exigíveis todas as parcelas em aberto e demais encargos ou o saldo devedor com seus acessórios a ser apurado nos termos das cláusulas da presente. Além da hipótese acima, poderá o **CREDOR** considerar antecipadamente vencida a CCB, caso configurada ocorrência das hipóteses previstas no artigo 1.425 do Código Civil Brasileiro.

Cláusula 6ª - Em caso de não retenção ou de não repasse do valor pela Fonte Pagadora, o **EMITENTE** tem ciência de que sua obrigação de quitar as parcelas permanece, devendo contatar o **CREDOR** para realizar o pagamento através de outro meio a ser acordado entre as Partes.

Cláusula 7ª - Em caso de mora relativa ao pagamento de qualquer parcela, encargo ou amortização pactuada, bem como em

Araxá, 12 de Julho de 2022
 1ª Oficial Substituta
 Carlos César Pereira
 2ª Oficial Substituto
 Araxá/MG



todas as hipóteses de vencimento antecipado da CCB, incidirão sobre o saldo devedor, da data da ocorrência do vencimento das obrigações até o dia do efetivo pagamento da integralidade do débito, juros remuneratórios nos moldes convencionados, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre a dívida.

Clausula 8ª – Caso ocorra mora e ou inadimplemento no cumprimento de quaisquer obrigações previstas na CCB, bem como quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado, estará o **CREDOR**, de pleno direito, autorizado a registrar o nome do **EMITENTE** nos cadastrados de proteção ao crédito e registro de inadimplência, tais como o SERASA/SPC/CDL. O **EMITENTE** declara que concorda e está ciente de que o atraso ou o inadimplemento das obrigações previstas na CCB dará o **CREDOR**, de pleno direito, a prerrogativa de determinar o seu protesto.

Clausula 9ª - Fica assegurado ao **EMITENTE** o direito de liquidar antecipadamente o débito contraído junto ao **CREDOR**, devendo o valor presente dos pagamentos previstos para fins de amortização ou liquidação antecipada das operações contratadas, que será determinado observando-se os termos da Resolução CMN 5.004/2022, como a seguir: a) o valor presente dos pagamentos previstos para fins de amortização ou liquidação antecipada da operação, contratada a taxa prefixada, conforme Quadro 3.9, deverá ser calculado com a utilização da referida taxa de juros. O cálculo do valor presente das parcelas objeto de liquidação antes do vencimento observará a taxa de desconto igual a taxa de juros pactuada no instrumento de operação de crédito; b) se a liquidação antecipada acarretar em parcelas em trânsito (parcelas descontadas pelo órgão consignante ao mesmo tempo em que o contrato foi liquidado) que ensejem o ressarcimento ao **EMITENTE**, os reembolsos das mesmas serão feitos via TED ou PIX, na conta informada para recebimento dos pagamentos ou por meio de Ordem de Pagamento Bancária - OP; c) as solicitações das parcelas em trânsito poderão ser feitas através da Central de Relacionamento 0800 095 6702, ou pela Central de Atendimento disponível no site do **CREDOR**.

Cláusula 10ª - Vencida a dívida ou na ocorrência de vencimento antecipado o **EMITENTE** autoriza, desde já, o **CREDOR**, em caráter irrevogável e irretratável, a promover a compensação da dívida contraída, nos termos da CCB, com eventuais créditos que o mesmo tenha ou venha a ter, junto ao **CREDOR** ou Instituições Conveniadas, inclusive créditos em conta corrente e aplicações financeiras.

Cláusula 11ª - O **EMITENTE** reconhece que a CCB representa título executivo líquido certo e exigível pelo valor do saldo apurado em conformidade com suas cláusulas e condições, reconhecendo ainda a força executiva da CCB seja pelo seu próprio teor, seja pela sua integração através de planilhas elaboradas pelo **CREDOR** que demonstrem os lançamentos de débitos computados e a atualização do saldo devedor segundo os critérios convencionados.

Cláusula 12ª - O **CREDOR** poderá endossar, ceder, vender, transferir ou entregar em penhor todos os direitos e garantias decorrentes da CCB, sub-rogando-se o(s) cessionário(s) em todos os direitos, interesses, prerrogativas e garantias decorrentes do endosso, cessão, venda, transferência ou penhor, sem que haja necessidade de autorização prévia do **EMITENTE**.

Clausula 13ª - O **EMITENTE** autoriza, na forma da lei, a Fonte Pagadora, em caráter irrevogável e irretratável a promover os descontos no benefício previdenciário, auxílio, pensão ou na folha de pagamento de sua matrícula identificada no Quadro 6 da CCB, das prestações mensais e sucessivas em quantidade e valor conforme Quadros 3.4 e 3.7, bem como dos tributos e tarifas incidentes sobre a presente operação, que se encontram incorporados às prestações ajustadas, descontos estes que deverão perdurar até integral liquidação do saldo devedor de responsabilidade do **EMITENTE** em favor do **CREDOR**. Todavia, não está o **EMITENTE** desobrigado de liquidar, nos respectivos vencimentos, as obrigações derivadas da CCB, nas seguintes hipóteses: a) Se ocorrer perda da margem consignável por quaisquer motivos que impossibilitem o pagamento do valor total ou parcial das parcelas da CCB por meio de consignação nos proventos recebidos; b) Quando, por falha operacional da Fonte Pagadora responsável ou do **CREDOR**, os proventos forem creditados ao **EMITENTE** sem que ocorra a retenção da parcela referente ao empréstimo consignado de que trata a CCB.

Cláusula 14ª - Caso se verifique qualquer das situações listadas na cláusula acima, o **EMITENTE** autoriza o **CREDOR**, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a proceder ao débito total ou parcial da parcela devida nas contas correntes de sua titularidade informada no Quadro 1, item 1.1. a) No caso de impossibilidade do disposto anteriormente, a cobrança poderá ser feita por meio de Boleto Bancário; b) Restando verificada as hipóteses das alíneas da cláusula anterior e não sendo possível o débito em contas correntes do mesmo, o **EMITENTE**, agindo com base na boa-fé prevista no artigo 4º, inciso III, da Lei 8.078/90, se compromete a, de imediato, contatar o **CREDOR** solicitando a emissão de Boleto Bancário para efetuar o pagamento. c) Sucessivamente, o **CREDOR**, a seu critério, e aqui expressamente autorizado pelo **EMITENTE**, alongará automaticamente o prazo do empréstimo, de tal sorte que, a soma das parcelas mensais não seja superior àquela indicada inicialmente na CCB e/ou Proposta de Crédito, ficando acertado que os juros a incidir em decorrência do alongamento será aquele mesmo que tiver sido estabelecido também na proposta.

Cláusula 15ª - Fica explicitado que a não efetivação do débito previsto na cláusula anterior, ainda que haja saldo bastante ou sua efetivação parcial, não tirará a certeza, liquidez e exigibilidade da dívida, não impedindo, por consequência que o **CREDOR** promova a execução ou qualquer medida judicial contra o **EMITENTE**, tudo o que se fará independente de formalidade de qualquer natureza, especialmente aviso e notificação.

Cláusula 16ª - O **EMITENTE** concorda e autoriza as empresas prestadoras de serviços do **CREDOR** a coletarem e armazenarem os seus dados pessoais com a finalidade de prestação dos serviços contratados pelo **EMITENTE**. Declara concordar, ainda, que os seus dados pessoais fiquem armazenados em base de dados do **CREDOR** e/ou dos Prestadores de Serviço Terceiros para os fins de (i) validação dos dados cadastrais para operações de crédito e outras operações; (ii) promoção de maior segurança na concessão de crédito, visando a prevenção de fraudes pelo uso indevido desses; (iii) cobrança extrajudicial e inscrições de débitos em atraso em órgãos de proteção ao crédito pelos Prestadores de Serviço; (iv) utilização em eventuais ações judiciais, administrativas e/ou arbitrais; (v) cumprimento de ordem judicial, de autoridade administrativa e/ou de juiz arbitral e (vi) desenvolvimento, manutenção e aperfeiçoamento dos recursos e funcionalidades dos serviços e sistemas.

Cláusula 17ª - O **CREDOR** informa ao **EMITENTE** que as informações sobre o montante dos débitos e responsabilidades constituídos na CCB, a teor do disposto na Resolução nº 4.571/2017 e Circular 3.870/2017 do BACEN, serão registradas no Sistema de Informação de Crédito – SCR – gerido pelo BACEN, que tem por finalidade propiciar o intercâmbio entre as instituições obrigadas a prestar informações ao SCR das operações referentes a débitos e responsabilidades, o **EMITENTE** poderá ter acesso aos dados do SCR por meio da Central de Atendimento do BACEN; as manifestações de discordância e os pedidos de correção, exclusão e registro de medidas judiciais no SCR deverão ser dirigidas ao SCR por meio de requerimento escrito, quando for o caso acompanhado da respectiva decisão judicial. Ressalta-se que a consulta de qualquer informação constante no SCR dependerá de prévia autorização do) **EMITENTE**.

Parágrafo único – Declarando-se ciente do comunicado feito no “caput” desta cláusula, o **EMITENTE**, neste ato, autoriza o **CREDOR**, bem como seus sucessores, a consultar e registrar os débitos e responsabilidades decorrentes de operação de crédito que constem ou venham a constar em nome do **EMITENTE** devedor no SCR ou nos sistemas que venham a complementar ou a substituir o SCR.

Cláusula 18ª - O **EMITENTE** declara-se ciente de que os dados cadastrais por ele fornecidos para a realização do empréstimo, servirão de base para confecção de seu cadastro. Autoriza expressamente o **CREDOR** a informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas, nos termos da CCB, para que constem de cadastros compartilhados pelo **CREDOR** com outras instituições conveniadas para tanto, administradas pela SERASA/SPC/CDL ou por outras entidades de proteção ao crédito, a teor do artigo 43 da Lei 8078/90.

Cláusula 19ª - O **CREDOR** obriga-se a disponibilizar ao **EMITENTE** documento descritivo da operação de crédito, contendo no mínimo as seguintes informações: (i) número do contrato; (ii) saldo devedor atualizado; (iii) demonstrativo da evolução do saldo devedor; (iv) modalidade da operação; (v) taxa de juros anual, nominal e efetiva; (vi) prazo total e remanescente; (vii) sistema de pagamento; (viii) valor de cada parcela, especificando o valor do principal e dos encargos; e (ix) data do último vencimento da operação. Referido documento será disponibilizado pelo **CREDOR** (i) de forma contínua nos seus canais de atendimento eletrônico; (ii) de forma imediata nos seus canais de atendimento presenciais; e (iii) em até 1 (um) dia útil, contado da solicitação do **EMITENTE**, nos demais canais de atendimento.

Cláusula 20ª – Eventuais tolerâncias do **CREDOR** com relação ao não cumprimento ou mora no cumprimento das obrigações e prazos da CCB, não importarão em novação ou desistência, não podendo ser invocadas, sob hipótese alguma, pelo **EMITENTE**, ficando assegurado ao **CREDOR**, todos os seus direitos.

Cláusula 21ª - O **EMITENTE** declara que: a) tomou ciência e anuiu, previamente à emissão da CCB, quanto à demonstração do Custo Efetivo Total (CET) do financiamento/crédito, veiculado pela CCB, sendo que o cálculo do CET, como demonstrado, tomou em consideração a liberação do crédito e o fluxo dos pagamentos previstos, incluindo a taxa anual e efetiva de juros, tributos, tarifas e despesas, b) compreenderam integralmente todo o significado e conteúdo da CCB e que receberam suas vias da CCB para conferência e guarda, c) que o presente negócio se adequa plenamente às suas necessidades, interesses e objetivos; d) que o **CREDOR** prestou-lhes todas as informações necessárias para a(s) sua(s) livre escolha e tomada(s) de decisões, explicitando, inclusive, os seus direitos, deveres, responsabilidades, custos ou ônus, penalidades e riscos existentes na execução das operações; e) que se comprometem a, sempre que houver alterações, informar ao **CREDOR** as atualizações dos seus dados cadastrais; f) que se comprometem, a cada seis meses ou sempre que solicitado pelo **CREDOR**, a atualizar os seus dados cadastrais, na sede da instituição ou perante o Correspondente no País; g) não contratou e nem pretende contratar novo empréstimo e não utilizará sua margem consignável junto as outras Instituições Financeiras, inexistindo qualquer impedimento até a total averbação da presente operação pelo **CREDOR**; h) não está negociando com terceiros sua margem consignável; i) na hipótese da ocorrência do impedimento da averbação da operação no prazo legal, motivada pela não observância dos itens g e h acima referidos, o **EMITENTE** concorda que a presente operação será descaracterizada como “crédito consignado” passando a ser uma operação de “crédito pessoal” capitalizada a taxa mensal pactuada no Quadro 3.9 da CCB, ensejando ainda na negativação do **EMITENTE** nos órgãos de proteção ao crédito bem como eventual cobrança judicial e/ou extrajudicial, no caso de inadimplemento; j) no caso de averbação parcial ou não repasse pela Fonte Pagadora, o **EMITENTE** autoriza desde já ao **CREDOR** realizar o alongamento do prazo pactuado nos Quadros 3.5 e 3.6, bem como o

Sebastiana Lucia Machado

OFICIAL

3 de 4
Versão Jul/2022

Fernanda Amélia Viriato
1ª Oficial Substituta
Carlos César Pereira
2ª Oficial Substituta
Araxá/MG

Central de Atendimento 0800 095 6702 opções 2 e 5
Ouvidoria 0800 095 6702 opções 2 e 6
Site: www.zemafinanceira.com

Rubrica

ajuste do valor da parcela descrita no Quadro 3.7, a fim de garantir a liquidação de sua dívida; k) tem ciência que o direito de desistir do empréstimo é de até 07 (sete) dias após o recebimento do valor indicado no Quadro 3.3, mediante requerimento dirigido ao CREDOR e devolução integral do valor recebido, acrescido de eventuais tributos incidentes sobre a operação; l) está ciente do seu direito de realizar a portabilidade da operação de crédito objeto da CCB para outra Instituição Financeira, a qualquer tempo, devendo, para tanto, procurar a instituição por ele escolhida a fim de formalizar a solicitação, na forma prevista da Resolução CMN nº 4.292/13 ou outra que vier a substituí-la ou complementá-la.

Cláusula 22ª – O **EMITENTE** autoriza a coleta e o armazenamento da foto do seu rosto, a qual integra o seu cadastro, bem como o seu compartilhamento com a prestadora de serviços Acesso Digital Tecnologia da Informação S.A para o processamento pela plataforma "AcessoBIO". O **EMITENTE** concorda e autoriza, ainda, as empresas prestadoras de serviços do **CREDOR** a coletarem e armazenarem os meus dados pessoais com a finalidade de prestação dos serviços por ele contratados e declara concordar que os seus dados pessoais fiquem armazenados em base de dados do **CREDOR** e/ou dos Prestadores de Serviço Terceiros para os fins de (i) validação dos dados cadastrais para operações de crédito e outras operações; (ii) promoção de maior segurança na concessão de crédito, visando a prevenção de fraudes pelo uso indevido desses; (iii) utilização em eventuais ações judiciais, administrativas e/ou arbitrais; (iv) cumprimento de ordem judicial, de autoridade administrativa e/ou de juiz arbitral e (v) desenvolvimento, manutenção e aperfeiçoamento dos recursos e funcionalidades dos serviços e sistemas.

Cláusula 23ª – O **TERCEIRO GARANTIDOR** declara-se solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pelo **EMITENTE** e assinam a CCB, concordando com os seus termos, renunciando irrevogavelmente aos benefícios de ordem e direitos de exoneração da natureza previstos nos artigos 366, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigo 794 do Código de Processo Civil.

Cláusula 24ª – O **EMITENTE** e o **TERCEIRO GARANTIDOR** poderão receber SMS, WhatsApp ou correspondências eletrônicas em seu celular e/ou e-mail, contendo informações e documentos sobre esta operação além do envio de boletos de cobrança para seus endereços e ofertas de produtos e serviços adequados ao seu perfil. O envio de comunicações sobre ofertas de produtos e serviços pode ser cancelado pelo **EMITENTE**, a qualquer tempo, mediante manifestação ao **CREDOR** junto à Central de Atendimento.

Cláusula 25ª – O **EMITENTE** e o **TERCEIRO GARANTIDOR**, estando de pleno acordo quanto às condições avençadas neste Regulamento com o **CREDOR**, confirmam todas as suas condições e obrigações mediante a assinatura da CCB em duas (2) vias, sendo a do **CREDOR** a única negociável, da qual este instrumento passa a ser parte integrante e complementar, ao tempo em que ratificam a opção pelo foro da Praça de Pagamento prevista no Quadro 3.20 da CCB, o elegendo como competente para a solução judicial de qualquer controvérsia decorrente da CCB e deste Regulamento.

Cláusula 26ª - A CCB poderá ser emitida de forma física, com as assinaturas do **EMITENTE** e **TERCEIRO GARANTIDOR** ao final, ou de forma eletrônica, reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro, nos termos do §5º do artigo 29 da Lei nº 10.931/2004 e do §2º do artigo 10 da MP 2200-2/2001, sendo plenamente válida e aceita pelo **CREDOR**, **EMITENTE** e **TERCEIRO GARANTIDOR**. Seja qual for a forma de assinatura adotada, a CCB constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 26 da Lei nº 10.931/2004 e do artigo 784, inciso XII do Código de Processo Civil.

Cláusula 27ª - O **CREDOR** poderá atualizar e/ou promover alterações nas condições deste Regulamento, inclusive mediante redação de nova versão deste instrumento, procedendo ao registro no respectivo Cartório de Registro de Títulos e Documentos e divulgação em seu sítio eletrônico (www.zemafinanceira.com/regulamentodasoperacoesdeconsignado), dando ciência ao **EMITENTE** através de comunicação escrita, informações ou mensagens eletrônicas.

Araxá, 14 de julho de 2022.

ZEMA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Cartório do Ofício do Registro de Títulos
e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Sebastiana Lucia Machado
OFICIALA
Fernanda Amélia Viriato
1ª Oficiala Substituta
Carlos César Pereira
2ª Oficial Substituto
Araxá/MG

Cartório do Ofício do Registro de Títulos
e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Sebastiana Lucia Machado
OFICIALA

Fernanda Amélia Viriato
1ª Oficial Substituta
Carlos César Pereira
2ª Oficial Substituta
Araxá/MG



PROTOCOLO Nº 88985 - Registro nº 23298
Livro B145 - Folha 270/273 - Data: 14/07/2022
Cotação: Emol R\$ 104,99 - TFJ R\$ 29,81 - Recomeço R\$ 6,31 - ISS: R\$ 5,26 - Valor Final R\$ 146,37
- Códigos 5201-9(2), 5202-7(1), 5550-9(1), 8101-8(4)
Fernanda Amélia Viriato - Substituta

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Cartório do Reg. de Tít. e Doc. e Civil das Pessoas Jurídicas de Araxá - MG

SELO DE CONSULTA: FWL27783

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6725399597622705

Quantidade de atos praticados: 8

Ato(s) praticado(s) por: Carlos César Pereira - Substituto

Emol.: R\$ 111,30 - TFJ: R\$ 29,81

Valor Final: R\$ 141,11 - ISS: R\$ 5,26

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



[Handwritten signature]

Cartório do Ofício do Registro de Títulos
e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Sebastiana Lucia Machado
OFICIALA

Fernanda Amélia Viriato
1ª Oficial Substituta
Carlos César Pereira
2ª Oficial Substituta
Araxá/MG